

DESMONTE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

As conquistas asseguradas nas últimas décadas na educação básica em nosso país vinham tentando efetivar uma educação mais democrática e diversa. Contudo, nos últimos cinco anos, temos vivenciado constantes investidas contrárias ao que vinha sendo construído

Por Pedro Eufrosino

O desmanche educacional pode ser um plano governamental, bem como nos alertou o sociólogo Darcy Ribeiro: “A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”. Com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o breve mandato de Michel Temer e a ascensão do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro, o ensino básico do Brasil vem sofrendo desde então com desequilíbrios orçamentários, planos mal formulados que excluem a diversidade, polêmicas envolvendo os três ministros do atual governo, entre outros problemas. Apesar de a educação no Brasil estar longe do desejado há muito tempo, desde a redemocratização do país vinha se buscando, de forma geral, estabelecer uma realidade educacional mais justa, inclusiva, diversa e de qualidade.

A Constituição Federal de 1988, conhecida também como Constituição Cidadã, é o ponto nevrálgico dos direitos educacionais do Brasil. Depois de 21 anos sob regime militar, que estabeleceu a censura à livre expressão, restringiu os direitos sociopolíticos e perseguiu opositores, foi produzida a Carta Magna mais democrática e plural já vista no país. A grande contribuição em relação à educação está no Artigo 205, que a define como “direito de todos e dever do Estado e da família, [que] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, estabelecendo, então, a educação como um direito fundamental e inalienável. “O trecho ‘um direito de todos’ reforça o fato de a educação, antes de 1988, ter sido um direito de poucos, um privilégio das classes mais altas. Com a Constituição, o direito dos direitos fica resguardado ao povo brasileiro”, afirma Catarina de Almeida Santos, professora associada da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora do Comitê-DF da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE).

Em 1996, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que possuía a validade de 10 anos. No mesmo ano, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional) foi aprovada. A nova LDB reforça a municipalização do Ensino Fundamental, estipula a formação do docente em nível superior e coloca a Educação Infantil na posição de etapa inicial da Educação Básica. Em 2006, durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o Fundef torna-se Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Com o desafio de ampliar o acesso à escola e melhorar os índices nas avaliações, percebeu-se a necessidade de ampliar os recursos na área e alcançar todas as etapas. O decreto que regulamentou o Fundeb estabeleceu vigência de 2007 até 2020, permitindo, assim, um longo período de financiamento assegurado para a educação.

Durante o segundo mandato de Lula, ocorreu a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPI), por meio do Decreto nº 7.611. A partir dela, ficou estabelecido que é dever do Estado a efetivação e a garantia de um sistema educacional inclusivo, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. Em 2009, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 59, que determinou a ampliação da obrigatoriedade escolar para 4 a 17 anos até 2016, que até então era dos 6 aos 14 anos.

No período de 2011 a 2016 (ano do impeachment de Dilma Rousseff), os principais marcos são o novo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que estipulou 20 metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica, e o início das discussões acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para Catarina Santos, a partir de 2016, perdas na área da educação vêm acontecendo, principalmente na figura da Emenda Constitucional nº 95, que prevê uma redução dos gastos públicos tidos como primários. “Ela vai atuar naquilo que faz com que a constituição brasileira seja chamada de Constituição Cidadã, ela atinge o artigo sexto*. A emenda limita os gastos das despesas primárias, que são os gastos voltados para a garantia dos direitos sociais.” Para a professora, é a partir desse momento que a educação passa a ser atingida e começamos a dar um passo para frente e três para trás.

*São direitos sociais [básicos/primários] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Fissuras no período Temer

Antes da entrada de Bolsonaro, a passagem de Michel Temer pela presidência já iniciou fissuras na área da educação. Em 2017, o presidente, em colaboração com o ministro da Educação Mendonça Filho, publicou, no dia 18 de julho de 2017, o decreto nº 9.099, que previa mudanças significativas no PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) – programa que avalia e disponibiliza obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio, à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita. A nova regulamentação modificou o processo de avaliação das obras a serem compradas pelo Estado. Antes, o MEC repassava a universidades públicas a avaliação dos materiais de cada área do conhecimento e, com o decreto, o Ministério da Educação forma uma comissão a partir de indicações das escolas da Educação Básica e das universidades públicas e privadas. Outro ponto alterado é o ciclo de distribuição dos materiais, que passou de 3 para 4 anos. Por fim, uma mudança chamou a atenção dos educadores do ensino infantil: com a nova regulamentação, estes passam a receber materiais didáticos.

No mesmo período, ocorreu a homologação da BNCC por meio da Portaria nº 1.570. César Callegari, sociólogo, consultor educacional e ativista pelos direitos à educação, participou da primeira fase de construção da Base, ainda no governo de Dilma Rousseff, e para ele a BNCC acabou sendo construída com uma síntese de múltiplos conflitos, principalmente no que tange à esfera de privatização do ensino público brasileiro. Callegari ressalta que “muitas coisas que estão na Base, principalmente na educação infantil e no ensino fundamental, estão muito avançadas diante do quadro de retrocessos que nós estamos vivendo no Brasil hoje”.

O ensino médio também foi afetado pela homologação da BNCC. Aprovado em 2017 pela Lei nº 13.415, o “Novo Ensino Médio” é uma política que planeja tornar a etapa mais atrativa e evitar que os estudantes abandonem os estudos. A ideia inicial era começar a implementação no primeiro ano do ensino médio e ir expandindo para os outros anos, contudo a implementação só começará a acontecer em 2022. Com o novo modelo, parte das aulas devem ser comuns a todos os estudantes do país, e a outra parte os próprios alunos poderão escolher, aprofundando o aprendizado em uma das quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Ciências Humanas, Ciências Naturais e Ciências Exatas).

Ainda durante o governo Temer, “outro exemplo de descompromisso é o Plano Nacional da Educação de 2014, que começou a ser minado já no mandato de Temer, na medida em que quase todos os seus objetivos, metas e estratégias não foram atingidos, e mesmo aqueles que foram

alcançados estão sendo alvos de ataques neste governo [do Bolsonaro]”, afirma o ativista.

Outra ação realizada no governo Temer é a regulamentação da Política Nacional de Avaliação e dos Exames da Educação Básica, com a integração do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), do Encceja e do Enem. Com isso, deixaram de existir a Avaliação Nacional de Educação Básica (Aneb), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).

Para Cláudia de Oliveira Fernandes, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação e Currículo (GEPAC), a aglutinação das provas em larga escala “deixa os pesquisadores cautelosos, porque as políticas [das avaliações] começaram a mudar de forma acelerada, e as motivações e as justificativas para tais alterações não eram e ainda não são advindas de resultados de pesquisa”.

“No início, a aplicação das provas do SAEB eram amostrais, então não tínhamos uma associação da avaliação com uma política de meritocracia; elas possuíam um papel muito importante – apontar em que locais seria importante o Governo Federal implementar políticas de formação, de fomento, de ampliação, enfim, o objetivo não era ranquear, dar nota e comparar as escolas e os estudantes. Contudo, a partir da década de noventa, as avaliações tomam a cena na política educacional, pois elas começam a ditar o que vai ser ensinado nas escolas; o que vemos desde então é uma grande influência desses testes no currículo escolar”, relembra a professora.

Segundo Cláudia, a motivação econômica dos testes em larga escala no Brasil vem fazendo das avaliações um “bode expiatório” para poder implementar um projeto educacional de maior subordinação aos interesses do mercado educacional. “As provas estão implicadas e enredadas em questões político-econômicas. São muitas as políticas relacionadas com as avaliações, assim, no meu ponto de vista, as políticas de avaliação acabam legitimando a privatização da educação pública brasileira, como acontece em outros países da América Latina”.

O des projeto bolsonarista

Durante a campanha presidencial de 2018, a educação apareceu como um ponto de destaque nos discursos do então candidato Jair Bolsonaro. Na época, discussões sobre ‘marxismo cultural’, homeschooling (ensino doméstico) e ideologia nas escolas públicas e universidades do país ganharam força no debate eleitoral.

Com isso, a guerra ideológica, a proteção aos valores tradicionais e a militarização nas escolas passaram a ser os principais motes bolsonaristas para a área da educação.

Com a vitória de Bolsonaro nas urnas, as primeiras ações para a educação vieram rápido. Já no segundo dia de governo, o ministro Ricardo Vélez alterou o edital do PNLD**. As modificações excluía a restrição que proibia a presença de publicidade nas obras didáticas, bem como a responsabilidade de obras que combatam a violência contra a mulher e suprimiu o trecho que exigia referências bibliográficas. No dia 23 de janeiro de 2019, foram apresentadas as principais metas do governo para os primeiros 100 dias; entre elas estava a regulamentação do homeschooling, enchendo de esperança os apoiadores mais conservadores de Bolsonaro. Porém, o governo não conseguiu negociar com o Congresso Nacional, postergando a pauta mais conservadora na área educacional.

Vélez foi exonerado do MEC depois de desgastes políticos e frases polêmicas, como: "voltar a moralidade moral e cívica", "universidade para todos não existe" e "1964 não foi golpe". O segundo ministro de Educação de Bolsonaro, e o mais ideológico, foi Abraham Weintraub, responsável pela criação da Política Nacional de Alfabetização (PNA). A nova política prevê, segundo Isabel Frade, presidente emérita da Associação Brasileira de Alfabetização e pesquisadora do Ceale, "um paradigma baseado na ciência cognitiva e nas neurociências, defendido como uma 'evidência' científica a ser seguida num campo em que inúmeras pesquisas já mostraram a complexidade de fatores políticos, sociais, culturais, linguísticos e psicológicos envolvidos na alfabetização. Em sua implementação, houve uma série de manifestos e documentos produzidos por professores e pesquisadores brasileiros". Segundo ela, a PNA também defende que o ensino infantil promova habilidades de "literacia" como uma forma de preparação para a alfabetização, desconsiderando as repercussões conceituais e metodológicas das relações entre alfabetização e letramento que estão presentes nas práticas pedagógicas e nos documentos oficiais.

"O governo Bolsonaro pretende fazer do processo de alfabetização um processo reducionista, impingindo aos educadores brasileiros uma única forma de alfabetização de crianças, o chamado método fônico. Esse método vai na contramão de tudo aquilo que os educadores brasileiros, e do mundo inteiro, entendem como alfabetização. Uma criança aprende a ler e escrever, não apenas entendendo os sons das letras, das sílabas e das palavras; elas aprendem refletindo sobre a sua própria realidade e dando sentido a ela", afirma César.

Após polêmicas e diversas críticas dirigidas às universidades públicas e aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Abraham Weintraub foi substituído por Milton Ribeiro, pastor da Igreja Presbiteriana e ex-reitor da Universidade Mackenzie. O novo ministro escolhido a dedo pelo presidente, depois da cealema envolvendo um primeiro escolhido, deveria apaziguar as querelas envolvendo o MEC, mas pode-se dizer que a estratégia não funcionou bem.

Milton Ribeiro protagonizou falas capacitistas envolvendo estudantes com deficiência, além de dar continuidade às discussões acerca do novo PNEE (Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida), que, segundo especialistas, é um grande retrocesso para os direitos dos estudantes com deficiência. Luiza Corrêa, coordenadora de advocacy do Instituto Rodrigo Mendes (IRM), lembra que a nova política já vinha sendo discutida desde o governo Temer, com o argumento de que a PNEE de 2007 não teve participação das associações e das pessoas com deficiência, o que, segundo ela, é mentira.

"Foi obviamente discutido, um dos argumentos do governo Temer, ainda em 2018, para refazer foi o que deu origem a esse PNEE apresentado em 2020. O argumento foi que o anterior não tinha sido discutido, logo era inconstitucional, não democrático; foi isso que desencadeou essa discussão; o que estamos vendo é um desmonte aos direitos educacionais e sociais das pessoas com deficiência", salienta a coordenadora.

Segundo Luiza, há um interesse de diversos partidos e empresários em como se dará a distribuição orçamentária, visto que no governo anterior havia um pacto nos bastidores para que as instituições de educação especializadas retornassem com a segregação dos estudantes. A advogada lembra que a nova política está baseada em outros tipos de interesse, tanto ideológicos quanto financeiros.

Durante a pandemia, o desmonte educacional não diminuiu, pelo contrário, aumentou. Com o isolamento social, para reduzir a transmissão do coronavírus, as escolas e as universidades precisaram adotar caminhos digitais para dar continuidade ao calendário letivo, o que prejudicou principalmente os estudantes de baixa renda, que, por diversos motivos, não possuem acesso à internet. Segundo Isabel Frade, "neste período, o Ministério da Educação não construiu políticas federais, nem de financiamento, nem pedagógicas, que norteassem Estados e Municípios a atuarem para redução das desigualdades". Ao contrário, o presidente optou por vetar o PL 3477/20, que previa ajuda financeira de R\$ 3,5 bilhões para garantir acesso à internet para alunos e professores das redes públicas de ensino.

****O mesmo edital que havia sido modificado por Mendonça Filho e Michel Temer.**

As escolas cívico-militares

Ainda durante a campanha presidencial, Bolsonaro se comprometeu com a criação de uma escola militar em todas as capitais estaduais. Catarina de Almeida nos lembra que a militarização das escolas entrou na agenda nacional com o governo Bolsonaro, e que há algumas diferenças entre essa prática e os colégios militares.

“As escolas militares são vinculadas às corporações, por exemplo, o Exército, e normalmente visam a atender mais os dependentes de militares do que a sociedade civil. Essas escolas têm militares que gerenciam todo o processo burocrático e pedagógico; os professores militares são licenciados e seguem os princípios da corporação; é um processo de escolha ir ou não para esse modelo de ensino, diferente da escola militarizada [cívico-militares]. Nesse caso, a gestão educacional de uma escola pública é entregue aos militares, mais especificamente à polícia”, explica Catarina.

Se quisermos perceber a lógica da escola militarizada, basta olharmos para as escolas no entorno dela, visto que os alunos que não se adequam ao projeto, não entregam rendimentos e nem demonstram obediência passam por uma “transferência educativa”. Segundo a professora, a justificativa apresentada pela “escola” é a de proteção e segurança para o estudante. “Como podemos esperar que os pais desse menino ou menina neguem a transferência? Eles sabem como os militares tratam as pessoas, e principalmente os negros, fora da escola. Dessa forma, é possível perceber um aumento de matrículas nas redes de ensino no entorno da escola militarizada”.

“Se a nossa Constituição Federal está falando sobre uma educação de direito, e que essa educação é para todos os sujeitos e ‘sujeitas’, ou seja, eu preciso olhar quando a escola se torna um espaço homogeneizado, de seres iguais e sem expressão. Essas escolas negam a educação, a diversidade, a representatividade; elas negam o sujeito. Então, eu preciso dizer, a escola militarizada é uma antiescola, é antieducação. A militarização das escolas significa para mim a morte delas; a morte da própria educação; e a morte da construção de uma sociedade diversa”, ressalta a pesquisadora.

Será uma conquista?!

Mesmo com duras perdas ao longo dos últimos cinco anos, a educação básica respirou aliviada com a aprovação do Novo Fundeb. A votação realizada no dia 21 de julho de 2020, ainda com o Ministério da Educação sob comando de Abraham Weintraub, aprovou a PEC 26/2020, que amplia gradualmente a destinação de verbas federais com os gastos em educação e torna o Fundeb permanente. A complementação, que hoje é de

12%, deve atingir 23% a partir de 2026.

César Callegari lembra que a aprovação não foi consensual e é decorrência de muita luta, já que “Bolsonaro e seu ventríloquo, Paulo Guedes, são contrários aos gastos com educação; foi graças a uma intensa luta dos educadores brasileiros, dos estudantes brasileiros e das forças vivas que entendem a educação como um fator estratégico para o desenvolvimento, que conseguimos resgatar o Fundeb e introduzi-lo como fator permanente na Constituição”. Todavia, os ataques ao financiamento à educação são constantes: a Câmara Federal aprovou a Lei Complementar 11/20, advinda do governo Bolsonaro, que tende a reduzir as receitas vinculadas à educação, relacionadas ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) por meio do congelamento do imposto. Segundo César, o ICMS é a principal renda do Fundeb, e está relacionada, sobretudo, com os combustíveis. Assim, todas as vezes que estados e municípios arrecadam menos imposto sobre a gasolina, com intenção de baratear essa mercadoria, o Fundeb perde recursos.

Catarina de Almeida reforça que a falta de financiamento para a educação está relacionada com o projeto de não garantir educação de qualidade para a população brasileira. “A gente não tem educação de qualidade por falta de financiamento? Nós não temos financiamento porque não queremos uma educação de qualidade. O que sempre fizemos com a educação no Brasil foi: eu tenho esse recurso para a educação, e será essa a quantidade que definirá qual a educação que teremos. A lógica precisa ser invertida: a educação de que nós precisamos e a que temos direito é a que a constituição nos assegura; então precisamos de um financiamento correto para alcançar a educação de qualidade, e o estado brasileiro deveria garantir isso”, enfatiza a professora.

“A educação para esse governo representa uma ameaça”, defende Callegari. “Um dos principais pontos é a guerra ideológica que ele trava em relação a tudo aquilo que representa progresso e respeito à diversidade e às políticas de inclusão”. Para o sociólogo, o governo é um autodeclarado inimigo da educação, e as declarações, que são seguidas de um conjunto de práticas, programas e ações concretas, têm efeitos permanentes aos direitos educacionais dos estudantes brasileiros, dos profissionais de educação e das instituições educacionais do país.

“Para não dizer que o governo Bolsonaro não tem projeto para a área de educação, eu quero dizer o seguinte: eles possuem um projeto, um projeto de desmonte, é esse o projeto do governo Bolsonaro para a educação brasileira. O desmonte da estrutura pública de ensino com vistas à privatização crescente desse setor desde o governo Temer”, destaca o intelectual.

OS PARÂMETROS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL NO ÚLTIMO SÉCULO

1937: Criado hoje o Instituto Nacional do Livro, conhecido como PNLD.

1961: Aprovação da primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

1962: Cria-se o primeiro PNE (Plano Nacional de Educação).

1988: Promulgação da Constituição Federal.

1990: Criação do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), primeira iniciativa, em escala nacional, para se conhecer o sistema educacional brasileiro em profundidade.

1996: Nova LDB, que estabelece normas para todo o sistema educacional, do ensino infantil até o ensino superior, e também da Educação Escolar Indígena.

1996: Instituição do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).

1997: São publicados os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), que dispunham sobre os currículos escolares.

1998: É publicado o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil), com o objetivo de esclarecer o que deve ser ensinado nessa etapa da Educação Básica.

1998: Criação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), usado como instrumento de avaliação do desempenho dos alunos e das escolas.

2001: Novo PNE (Plano Nacional de Educação), que estipulava metas para aumentar o nível de escolaridade dos brasileiros e garantir o acesso à Educação.

2003: Criação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) para combater o analfabetismo no país.

2006: É instituído o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória aos seis anos de idade.

2008: Implementação da PNEEPEI (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva). Ela estabelece que é dever do Estado a efetivação e a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis educacionais.

2009: Emenda Constitucional nº 59, que determinou a ampliação da obrigatoriedade escolar para 4 a 17 anos até 2016.

2012: Instituído o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), um compromisso formal assumido pelos governos federais, estaduais e municipais de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

2014: Nova regulamentação do PNE (Plano Nacional de Educação), com vigência de 10 anos.

2016: Aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que estabelece o teto de gastos do governo, prejudicando assim o repasse de verba para a educação.

2016: Portaria 1.145, de 10 de outubro de 2016, que institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).

2017: Homologação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que estabelece um currículo de ensino nacional. As primeiras versões do documento foram produzidas, discutidas e publicadas em 2015, ainda no governo de Dilma Rousseff.

2017: Lei nº 13.415/2017 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e cria o Novo Ensino Médio.

2018: Regulamentação da Política Nacional de Avaliação e dos Exames da Educação Básica, concentrando todas as provas no Saeb. Deixaram de existir: Avaliação Nacional de Educação Básica (Aneb), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).

2019: Alterações no edital do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), permitindo a presença de publicidade nas obras didáticas, ausência da temática de violência de gênero e não exigência de referências bibliográficas.

2019: Criação da PNA (Política Nacional de Alfabetização). A política reforça as atividades de pré-alfabetização e prioriza um único método de alfabetização.

2019: O orçamento do Ministério da Educação (MEC) para 2020 prevê uma queda de 54% nos recursos destinados ao apoio à infraestrutura para a educação básica, se comparado à proposta apresentada em 2018.

2019: Criação do Pecim (Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares), programa que prevê a criação de 200 escolas cívico-militares até 2023.

2020: É apresentada a nova PNEE (Política Nacional de Educação Especial), incentivando a matrícula dos alunos com deficiência em escolas especiais e não em escolas regulares de ensino.

2021: Novo edital para o PNLD, que retira trechos acerca da violência de gênero e da diversidade social brasileira.